

A estratégia política e económica do Estado português num pólo de crescimento

O projecto industrial de Sines

Maria Teresa Patrício*

Resumo: Esta análise do projecto industrial de Sines pretende dar conta das várias articulações entre os técnicos do planeamento, os agentes políticos, assim como os interesses dos grupos económicos nos aspectos mais salientes dos processos de decisão. O argumento central é que a falta de democratização do plano, dos técnicos e do regime divorciaram o projecto da participação democrática e reduziram a flexibilidade do projecto em relação a alterações políticas e económicas.

Vinte anos depois do início do arranque do Complexo Industrial de Sines assistimos novamente, embora numa conjuntura socio-económica diferente, à perspectiva de volumosos investimentos na área de Sines. Embora o Complexo Industrial de Sines partilhe com outros pólos de desenvolvimento na Europa Ocidental aspectos em comum, Sines representou a única tentativa de criar um pólo de crescimento em Portugal. Numerosos estudos económicos e financeiros debruçaram-se sobre se os investimentos realizados em Sines justificariam os resultados obtidos, sem nunca pretender oferecer uma análise das consequências e dos efeitos das decisões e acções dos principais agentes económicos e políticos na concretização do projecto industrial. A concentração de decisões económicas, políticas e sociais a nível dos tecnocratas do Estado não só divorciou o projecto dos interesses regionais e locais, como pretendeu ambiciosamente reestruturar o grande capital, tendo como consequência reduzir a flexibilidade e capacidade de adaptação do projecto em relação a mudanças estruturais e conjunturais.

* Docente do ISCTE, investigadora no CIES

Pólo de desenvolvimento

A noção de pólo de crescimento popularizou-se nos anos 60 e 70 como um instrumento de política industrial que permitia ao Estado definir e contribuir para o processo de acumulação, em particular numa perspectiva que permitia relacionar objectivos macro-económicos com o desenvolvimento regional. A base da noção de pólo de crescimento, que se desenvolveu a partir do trabalho teórico de Perroux, indicava a utilidade do conceito na superação do subdesenvolvimento dum região ou área através do planeamento de investimento industrial concentrado. A definição dum pólo de desenvolvimento oferecia ao Estado um papel central na elaboração de política regional através de um projecto de industrialização. A centralidade do Estado e dos agentes do planeamento alcançou tal notoriedade que um economista chegou a afirmar: "Não deve existir nenhuma grande região subdesenvolvida no mundo onde algum político ou técnico de planeamento não tenha proposto a criação ou a consolidação de um ou mais *pôles de croissance* como a solução de problemas económicos e sociais," (Higgin, 1978:229 *cit. in* Breathnach, 1982:36).

A complexidade técnica do projecto, a nível da produção, do mercado, do tipo e qualidade da força de trabalho, idealmente fornece aos agentes do Estado e aos técnicos do planeamento uma alta capacidade de negociação e mediação. Mas a preparação do plano, embora necessite de negociação e mediação, também tem como possível efeito contraditório isolar os técnicos num dispositivo tecnocrata do planeamento (Herzog 1971; Bleitrach & Chenu, 1982). Segundo Castells (1977:76), planos em regimes democráticos têm uma dupla função. Por um lado, aparecem como soluções "razoáveis" de natureza técnica e racional; por outro, apresentam-se como o resultado duma convergência de vários grupos sociais. Ainda segundo Castells, para além da função legitimadora, o plano exerce um papel fundamental como instrumento mediador entre as diferentes fracções da classe dominante e os interesses das classes dominadas. Todavia, a política de pólos de desenvolvimento permite ao Estado intervir na economia e satisfazer os interesses dos grandes grupos industriais e financeiros, ao mesmo tempo que a política social garante a legitimação do processo (Herzog, 1971; Bleitrach & Chenu, 1982). Em regimes não democráticos essa contradição poderá manifestar-se de forma menos atenuante, pois a política social do projecto industrial está submetida à determinante lógica da industrialização (Patrício, 1990). Em Portugal, tanto a natureza pouco democrática do plano como a falta de democraticidade do regime facilitou a criação e actuação dum modo de intervenção tecnocrata e autoritário no pólo de desenvolvimento. Nesta altura, a Europa do Sul concentrava esforços para atrair as multinacionais a investirem nas áreas dos recursos naturais (extração mineira, portos de águas profundas) sem a crescente preocupação dos efeitos da concentração de indústrias poluentes da Europa já industrializada (tal como a concentração da indústria petroquímica e a do aço no mesmo local) (Hudson & Lewis, 1984).

O arranque do Complexo de Sines

A opção específica por Sines baseava-se: 1) na vantagem natural do porto para a construção de um porto de águas profundas; 2) na grande disponibilidade de terrenos e na possibilidade de expropriação sistemática do solo a preços inferiores às outras localidades consideradas; 3) na proximidade geográfica de importantes riquezas naturais (como as minas de Aljustrel) e a futura possibilidade de vir a tratar e processar as pirites em Sines. Esta opção pela concentração industrial na área de Sines implicou custos na falta de indústria, falta de mão-de-obra, falta de infraestruturas e na falta de um centro urbano.

A localização em Sines do único pólo de desenvolvimento em Portugal correspondeu simultaneamente a uma tentativa de industrialização no Alentejo, região pouco industrializada, e ao difícil reajustamento e reestruturação de alianças de capital em sectores-chave da economia portuguesa. O momento da "modernização" da burguesia industrial e da tecnocracia havia chegado e iniciou-se a abertura ao exterior (Ramos dos Santos, 1977:71). O ambicioso Projecto de Sines inseria-se dentro das grandes iniciativas viradas para o mercado internacional. O porto de Sines, concebido dentro da rota do Cabo e na continuação do fecho do canal de Suez, ligava a indústria de refinação e petroquímica à economia petrolífera mundial. O processamento das reservas minerais das pirites alentejanas, numa *joint-venture* com capital belga, permitiria futura exportação na área da química mineral. Mas em cada área de interesse evidencia-se uma intensa luta dos grandes grupos monopolistas, como Félix Ribeiro, Lino Fernandes e Carreira Ramos exemplificam num artigo publicado na *Análise Social* (1987). Segundo os autores "... o lançamento de tais projectos vai ser acompanhado duma acesa disputa entre os grupos Cuf, Champalimaud e Sacor, nomeadamente na área petrolífera, e determinará uma mudança das relações de força entre eles e deles com a banca" (1987:995).

A publicação em Junho de 1972 do "Relatório da Comissão Incumbida do Estudo das Propostas Apresentadas nos Termos do Despacho Ministerial de 16 de Outubro de 1970"¹, sobre o concurso para a instalação da nova refinaria do sul pretendeu com alguma ingenuidade deixar claro a transparência do processo de selecção e afirmar novamente que o Estado era a força orientadora do projecto de industrialização. Mas se o relatório pretendeu pôr termo aos conflitos gerados sobre o Complexo de Sines, foi mal sucedido. A selecção do grupo Cuf-Sonap implicou a perda de posição monopolista na refinação de petróleos da Sacor e a reestruturação do sector. A Sacor e a Sonap passam a dividir o mercado da refinação de petróleos, mas agora com a presença do Estado como accionista da Sacor, da Sonap e da Petrosul (Felix Ribeiro *et al.*, 1987:998). Ao capital nacional tornou-se imprescindível a associação com grupos multinacionais com tecnologia de ponta e redes comerciais necessárias para a exportação. A política industrial do Estado resume-se a uma política de intervenção protectora criando consequências graves no processo de acumulação. Este processo leva Ramos dos Santos a afirmar: "em todos os principais domínios da vida económica aumentava a crescente articulação entre o poder

do Estado e os interesses, objectivos e estratégia dos grandes grupos. Daí começarem a ser frequentes as colisões dentro do próprio aparelho do Estado, em consequência de *contradições tácticas* dos principais grupos" (Ramos dos Santos, 1977:94). António Romão (1985:270) identifica e caracteriza o período pela estratégia de adaptação "forçada", onde uma "vontade explícita interna" impulsiona a integração da economia portuguesa na economia mundial.²

Considerada na altura como uma forma positiva do Estado aumentar o rendimento nacional e descongestionar os centros urbanos-industriais, os pólos de crescimento foram introduzidos na política regional da Europa do Sul como forma privilegiada de desenvolver uma nova fase de industrialização e de promover o desenvolvimento regional. Vários países na Europa do Sul (nomeadamente a Itália, a França e a Espanha) adoptaram estratégias económicas baseadas em pólos de crescimento numa altura em que o crescimento económico contribuía para o agravamento das desigualdades regionais (Lewis e Williams, 1985). O Projecto de Sines, em grande parte, baseava-se no exemplo de Fos-sur-Mer em França. Mas enquanto que em Fos havia várias instituições responsáveis pelo planeamento, indicando uma divergência entre o planeamento económico e o planeamento social, em Sines o planeamento económico e social estava concentrado numa instituição estatal (Bleitrach & Chenu, 1975).

A criação do Gabinete da Área de Sines (D.L. 270/71 de 11 de Junho de 1971) introduziu um novo e determinante elemento centralizador da política industrial do Estado. O Gabinete da Área de Sines foi criado com autoridade decisiva para determinar as actividades económicas da área de Sines³ e com acesso directo ao Presidente do Conselho, estando assim garantida a autonomia do GAS em relação aos outros ministérios. A interpretação tecnocrata do Gabinete ao mandato correspondeu, de forma lógica, à abertura tecnocrata do regime, sendo assim reforçada a noção de "ghetto tecnocrata" dos agentes do planeamento português, como referiu Herzog. O Relatório de Execução de 1973 apresenta como projectos industriais decididos ou já pedidos para a área de Sines:

- a refinaria Petrosul (Cuf-Sonap e Estado) com capacidade de refinação de 10 milhões de toneladas de petróleo bruto por ano e criando 600 empregos;
- Complexo Petroquímico de Olefinas e Companhia Nacional de Petroquímica com 6 unidades na primeira fase e mais 4 na segunda fase, criando na totalidade 1.400 empregos;
- Central Termoelectrica para a Produção de Vapor e Electricidade (Companhia Portuguesa de Electricidade ou Companhia Nacional de Petroquímica) criando 70 empregos;
- Fábrica de automóveis (Modelo Alfa-Sud) sob licença Alfa-Romeo com capacidade de produzir 60.000 viaturas por ano e criando 6.750 empregos;
- Complexo Adubeiro (Pedidos: Cuf, Ufa, S.P.P., Nitratos de Portugal, e Amoníaco Português) com 6 unidades criando 800 empregos;

- Fábrica de Cloro (Pedidos: Cuf, Uniteca, Soda Póvoa, Amoníaco Português) criando 100 empregos;
- Complexo Metalomecânico (Pedidos: Equimetal e Construtora Moderna) criando 1.000 empregos;
- Fábrica de Explosivos (Pedidos: Spe, Fmml) criando 850 empregos
- TOTAL:
Investimentos: 28.000.000 contos
Empregos: 11.570

Para além destas unidades industriais estava ainda contemplada a introdução de várias unidades de transformação das pirites, uma siderurgia, e até um estaleiro naval, criando mais 13.000 empregos. Finalmente, estas indústrias iriam atrair outras tantas e portanto havia que contar com as unidades de indústria ligeira que se calculava que iriam criar mais 3.000 empregos.

A estratégia definida através do pólo de crescimento implica a concentração de actividades promotoras que atraem novas actividades e novos serviços para uma área. Mas o elemento mais problemático veio a ser a dificuldade de ele servir como elemento catalizador do desenvolvimento regional. O Plano Geral da Área de Sines faz referência a duas noções diferenciadas de desenvolvimento. Por um lado, a um crescimento não harmónico, estando o Estado Português "pouco habituado a iniciativas arrojadas no campo das infraestruturas", e por outro lado, "...pressupondo que o Estado mantém forte vontade de criar em Sines importante pólo de desenvolvimento e está, portanto, disposto a efectivamente orientar o movimento de progresso da área." (Plano Geral, 1973:9). Tanto a concretização das unidades referidas como a diversificação da área verificou-se extremamente difícil de realizar. O Projecto de Sines limitou-se à petroquímica, à refinaria, ao porto e à central termo-eléctrica a carvão. Localizou-se também na área de Sines a Equimetal, mais tarde transformada na Metalsines, e uma dúzia de pequenas empresas. Quinze anos depois do início do projecto Sines calcula-se que se tenha criado três mil novos empregos.

Ruptura política-económica e continuidade do Complexo

O consenso generalizado no princípio dos anos 70 na Europa Ocidental sobre a utilidade de pólos de desenvolvimento na elaboração de uma política regional através da política central de gestão do crescimento encontrou como principal obstáculo a crise internacional, resultado mais imediato da crise do petróleo (1973-74). O crescimento económico foi substituído por baixos níveis de crescimento e até estagnação. Romão (1985:274) identifica como "tentativa falhada" a de especializar o país como fornecedor de *bens intermediários* (siderurgia, petroquímica, construção e reparação naval ...). A subida do preço do petróleo viria a pôr em causa a base do projecto de Sines (refinaria e petroquímica). Tanto mais que a Europa Ocidental mostrou pouca capacidade de se reestruturar na área da petroquímica, onde, para além de Sines, havia mais cinco

unidades petroquímicas em construção (Turner, 1982). A crise do petróleo teve como resultado imediato o cancelamento dos super-petroleiros (que o porto de Sines iria receber) e a paragem de 15% dos petroleiros à escala mundial. A reabertura do Canal de Suez e a subida vertiginosa do preço do petróleo questionariam a racionalidade económica e financeira do Projecto.

Concomitante com a crise económica dá-se o 25 de Abril e as alterações políticas acompanhadas de instabilidade governamental não seriam conducentes a uma redefinição do complexo industrial. Apesar de numerosas reavaliações - quer de carácter total como o Relatório Taylor-Eckhaus (1975) e o da Comissão de Avaliação Global do Projecto de Sines (1976), quer de carácter parcial como o da Petrosul e o da CNP - o Projecto de Sines não foi reequacionado.

A queda do regime em 1974 referida como uma "necessidade histórica" - dentro da própria lógica do desenvolvimento capitalista português (Murteira, 1987:86), não fazia prevêr a profunda alteração a nível da política económica. As nacionalizações de 1975, constitucionalmente consolidadas em 1976, conferiram ao Estado o controlo dos mecanismos de acumulação. O número de fusões de empresas nacionalizadas - de cerca de 130 empresas nacionalizadas foram constituídas 13 empresas públicas - indica a profunda reestruturação do capitalismo industrial (M.P.C.E., 1977:25).⁴ A Petrogal E.P. tinha sido constituída pela fusão da SACOR, Sonap, Petrosul e Cidla.

Apesar das alterações a nível político e económico, a política industrial reduzia-se a uma série de intenções no domínio da actividade industrial (Ramos dos Santos, 1978:30). A lógica prevalecente, segundo Salavisa (1987), foi a da gestão corrente, gerando assim um vazio estratégico a nível da política industrial. Mas a falta ou inexistência duma política industrial não impediu que se procurasse melhorar a posição das exportações portuguesas e reduzir as importações através de grandes investimentos. A continuação do investimento na infraestrutura do Projecto Sines pretendia encorajar o sector produtivo.⁵ Apesar da avaliação negativa do Relatório Eckhaus-Taylor (1975) quanto ao projecto de Sines, o governo prossegue com o empreendimento (confirmado com a decisão sobre a construção da unidade *steam-cracker* da petroquímica a 30 de Julho de 1975). A estratégia anti-monopolista no pós-25 de Abril pretendia simultaneamente controlar o poder económico pelo poder político e garantir o acesso da população aos bens e serviços essenciais (Ramos dos Santos, 1978:28).

Com a abertura democrática, a população de Sines, cuja oposição ao projecto se manteve relativamente estável depois da primeira ilusão quanto ao novo porto de pesca prometido por Marcelo Caetano aos pescadores, reivindicou algumas mudanças significativas a nível de defesa do património social e cultural. Para além da reivindicação dos pescadores pelo porto de pesca, sem dúvida a mais importante luta travada em Sines, é de salientar as movimentações sociais realizadas em relação à protecção da praia e contra o despejo de detritos químicos no mar, responsável pelo sabor de petróleo no peixe de Sines.

Quanto ao Gabinete da Área de Sines, instituição responsável pelo Projecto, deixou de depender directamente do Presidente do Concelho para vir a ser incluído no Ministério do Plano e da Coordenação Económica (D-L no. 683-A/76), assim perdendo a sua autonomia e, paradoxalmente, aumentando o número de conflitos de natureza jurisdicional. Os conflitos gerados entre o GAS e o ministério de tutela resultaram em atrasos prolongados na adjudicação das obras, mas não impedem que o Relatório de Actividades do GAS considere 1976 o ano do arranque do projecto devido ao elevado número de contratos efectuados. A partir dessa data o empreendimento de Sines prossegue aos soluços, sem todavia se considerar a totalidade do projecto (Ver o discurso de Carlos Beaumont na CNP, 1979).

Se o período de 1968-73 (e o início do Projecto de Sines) correspondeu àquilo que Ribeiro, Fernandes e Ramos (1967) chamaram o difícil e complexo reajustamento de alianças internacionais, com o objectivo de responder a três desafios (a integração da Grã-Bretanha na Comunidade Económica Europeia, a procura de apoios internacionais para a política africana, e a cooperação com a África do Sul na África Austral), o período pós- revolucionário (1976 em diante) correspondeu ao grande desafio da integração plena de Portugal na Comunidade Económica Europeia. Esta perspectiva torna compreensível a continuação do Projecto apesar das avaliações negativas do ponto de vista económico e financeiro (Eckhaus-Taylor, 1975; Balassa, 1976; e até as opções "zero" e "mínima" da Comissão de Avaliação Global do Projecto de Sines, 1976).

Em 1979 é nomeada a "Comissão de Reapreciação do Projecto de Sines" com a intenção de repensar a estratégia global do projecto, mas que não chega a exercer funções. Só a partir de 1980, com a nomeação de José Manuel Serrão para Presidente do Conselho de Gestão do Gabinete da Área de Sines, com o mandato de encontrar uma solução definitiva para Sines, é que o Projecto é repensado numa nova lógica regional.

Consolidação ou abandono do Complexo de Sines?

No princípio dos anos 80 estava ultrapassado o consenso sobre a capacidade dos governos centrais realizarem com sucesso uma política regional que assentasse na elaboração de um pólo de desenvolvimento. Passou a ganhar relevância a ideia da auto-gestão regional e descentralização de poderes centrais. Os governos centrais concedem mais poder a iniciativas económicas locais. No caso de Sines, onde a concentração e centralização de poderes do GAS e do Estado tinha exercido um poder determinante e absolutista, a descentralização encontrou poucos protagonistas capazes de efectivamente propôr iniciativas económicas locais. A mais importante foi sem dúvida a constante e sempre presente reivindicação dos pescadores para a construção de um porto na baía de Sines, reivindicação que foi parcialmente satisfeita em 1985.

A noção de pólo de crescimento estava ultrapassada e foi necessário encontrar uma solução para o empreendimento que não se limitasse à reestru-

turação do GAS, que ao longo dos anos tinha sido identificado como responsável ou "bode expiatório" de numerosos falhanços (destruição do molhe oeste do porto de Sines na tempestade 1978-79, construção da Cidade Nova de Santo André). O Projecto de Sines é repensado numa perspectiva regional e o "hinterland" Alentejano ganha nova relevância (Serrão, 1983).

A descentralização foi um tópico central na reunião entre técnicos de planeamento de França e Portugal (1982) onde efectuaram um balanço provisório dos pólos de crescimento Fos-sur-Mer, Saint-Nazaire e Sines. Entre as conclusões principais do encontro estava a proposta de se encorajar os interesses locais e regionais a participar no projecto e a realização da necessidade de diversificar a base industrial. Apesar das conclusões dos técnicos, realiza-se então a construção da central térmica a carvão (EDP) que, segundo se afirmava na altura, iria contribuir para alterar a excessiva dependência na energia hidroeléctrica, e desencadeiam-se várias tentativas para atrair a Ford para Sines. Estimativas na altura consideravam que a Ford iria criar cinco mil novos empregos. Será que estas unidades poderiam ser considerados como tentativas de diversificar a área de Sines? A opção da Ford por Sines nunca se concretizou⁶, e a construção da EDP sobre a Praia de S. Torpes foi mais um elemento com efeitos nefastos sobre o meio ambiente da área. A diversificação da área de Sines correspondeu no fundo a uma estratégia de consolidação do empreendimento de Sines, sem visíveis efeitos de regionalização (Relatório do Conselho de Gestão, 1980:12).

Um balanço provisório do Projecto de Sines (ver Lewis & Williams, 1985) aponta a falta de efeitos benéficos regionais do projecto devido à crise económica, ao pouco empenho político e ao desenho inicial do próprio projecto. A falta de flexibilidade no desenho inicial do projecto e a concentração das decisões nos técnicos de planeamento contribuiu para criar uma estrutura tecnocrata pouco flexível e incapaz de resolver as alterações e mudanças que surgiam na conjuntura socio-económica. Ao longo de duas décadas o Projecto de Sines caracteriza-se pela continuação sempre justificável em termos do já iniciado investimento e pela coerência interna do inicial Plano Geral da Área de Sines (1971). O cariz de irreversibilidade do projecto marcou a sua dependência na continuação de investimento. A noção de irreversibilidade, genericamente aceite pelo Estado e impondo uma intervenção persistente, tornou-se no princípio da "absoluta irreversibilidade".

Quanto à participação das "massas democráticas", esta tem vindo a aumentar mas sempre subserviente à lógica imposta pelo plano inicial. É neste contexto que a Câmara Municipal de Sines tem vindo a dinamizar iniciativas de carácter social e cultural na defesa local e regional do tradicional (Patrício, 1990). Para além da já referida reivindicação pelo porto de pescas em Sines, a autarquia local organizou o 1º e 2º Encontro Nacional sobre o Complexo de Sines (Junho 1986 e Setembro 1987) com o lema de "Consolidar, Construir o Futuro". As quatro forças orientadoras, identificadas pelo Presidente da C.M.S. são as que tentam "humanizar o projecto":

- colocar na mesma dimensão de importância as actividades económicas locais, designadamente a pesca e o turismo;
- considerar o pólo industrial de Sines como um dos pólos de desenvolvimento do Alentejo, associado a Aljustrel, Castro Verde e Almodôvar através de transformações das riquezas mineiras existentes, designadamente construindo a unidade da metalurgia do cobre; perspectivar a construção de terminais de carga geral associados ao desenvolvimento da produção agro-pecuária com a construção da Barragem do Alqueva e de todo o plano de rega subjacente;
- identificar a população com os problemas por forma a que as grandes questões do desenvolvimento de Sines e da Região fossem de todos e por todos sentidos e participados;
- conseguir a redução das áreas de implantação industrial que no projecto se estendiam paralelamente à costa pela Freguesia de Vila Nova de Mil Fontes (discurso do Presidente da C.M.S. no 2º Encontro Nacional sobre o Complexo de Sines, 1986:13-14).

A opção da Câmara Municipal de Sines vai ao encontro da noção de diversificação da área de Sines, já defendida e referida por José Manuel Serrão, privilegiando o desenvolvimento regional integrado em Sines, contra a reincidência no pólo concentrado de indústria de base. Neste sentido seria de prever uma administração local com meios financeiros adequados para poder contribuir e participar nesse objectivo.

Em Fevereiro de 1986 inicia-se a extinção do Gabinete da Área de Sines, processo que levará mais de dois anos até à extinção definitiva. A extinção do GAS representa o fim duma época onde os técnicos do planeamento estatal administravam e basicamente geriam o processo de acumulação em Sines. Sines entra numa nova fase onde o Estado tende cada vez mais a assumir o papel de "regulador" em relação ao descrédito do Estado "empresarial". Todavia, os prejuízos ecológicos perduram e aumentam na área e na costa alentejana. Em 1989, o petroleiro Marão derruba petróleo na costa alentejana em plena época de verão, criando mais uma catástrofe ecológica. No início dos anos 90 a Petrogal estuda a possibilidade de ampliar a refinaria de Sines, a CNP e EPSI são vendidas a um conjunto de empresas liderada pela empresa finlandesa Neste Oy e, novamente, inicia-se a reconsideração da reabilitação do molhe oeste do porto destruído nas tempestades do inverno de 1978-79. É altura, mais uma vez, de perguntar qual o futuro de Sines: desenvolvimento regional ou pólo concentrado de indústria de base?

Notas

- 1 Publicado no *Diário do Governo*, 3ª série, nº 256, de 4 de Novembro de 1970.
- 2 "São traços dominantes nesta fase a tentativa de implementar uma nova política industrial, com a concepção e o lançamento de alguns grandes projectos (plano siderúrgico, projecto de Sines, ligado à petroquímica,...) visando dotar o País de uma mais forte posição no sector de bens intermédios e a liberalização do condicionamento industrial, assim como uma política de forte apoio à promoção de exportações (Romão, 1985:270).
- 3 O artigo 2 do D.L. 270/71 define como responsabilidade do GAS: - Promover (...) a criação de uma área de implantação concentrada de indústria de base e de terminal oceânico, dotados das adequadas infraestruturas e dos necessários serviços de apoio: - Promover na mesma zona a instalação de outros empreendimentos industriais que possam contribuir para o mais harmónico desenvolvimento do complexo, - Promover (...) a criação dos centros urbanos exigidos pela concentração populacional resultante do exercício das actividades industriais dos respectivos equipamentos sociais; - Promover a adopção das formas de gestão mais convenientes para os diversos empreendimentos a realizar (1973:7-8).
- 4 Segundo Salavisa (1987) o sector produtivo público tornou-se responsável por 35% da FBCF, 15% do VAB e 10% do emprego.
- 5 Assim, José Manuel Serrão, Presidente do Concelho de Gestão do Gabinete da Área de Sines, refere-se aos investimentos em infraestrutura "... do ponto de vista económico e social o empreendimento de Sines revelou-se um elemento dinamizador da economia portuguesa em especial entre 1976 e 1980, sendo de salientar o potencial gerador de crescimento que as obras públicas e a indústria em Sines representaram para os sectores primários e terciários..." (Serrão, 1983:75).
- 6 A Ford optou pela instalação da unidade fabril no México.

Bibliografia

- BLEITRACH, D., e CHIENU, A., "Regional Planning - Regulation or Deepening of Social Contradictions? The Example of Fos-sur-Mer and the Marseilles Metropolitan Area", in HUDSON & LEWIS (org.), *Regional Planning in Europe*, Londres, Pion, 1982, pp.148-178.
- BREATHNACH, P., "The Demise of Growth-centre Policy: The case of the Republic of Ireland", in HUDSON & LEWIS (org.), *Regional Planning in Europe*, Londres, Pion, 1982, pp. 35-36.
- CASTELLS, Manuel, *The Urban Question: A Marxist Approach*, London, Edward Arnold, 1977.
- Consolidar, Construir o Futuro. I Encontro Nacional sobre o Complexo de Sines*, Beja, CMS, Junho 1986.
- RIBEIRO, F., FERNANDES, J. M. Lino, RAMOS, M. M. Carreira, "Grande indústria, banca e grupos financeiros (1953-73)", *Análise Social*, 99, 1987, pp. 945-1018.
- IHERZOG, P., *Politique économique et planification en régime capitaliste*, Paris, Editions Sociales, 1971.
- LEWIS, J.R., WILLIAMS, A., "The Sines Project - Portugal's growth centre or white elephant?", *Town Planning Review*, 56 (3), 1985, pp. 339-366.
- MINISTÉRIO DO PLANO E COORDENAÇÃO ECONÓMICA, *Empresas Públicas - situação e perspectivas*, Dezembro 1977.
- MURTEIRA, M. "1965-1985: fim de um império, começo de quê?". *Economia e Socialismo* 72/73, Dezembro 1987, pp. 81-96.
- PATRÍCIO, M. T., "Industrialization and Communism: The Portuguese Communist Party Confronts The Sines Growth Pole", *The Journal of Communist Studies* Vol. 6, Nº 3, Sept. 1990, pp. 44-63.
- RAMOS DOS SANTOS, A., "Desenvolvimento monopolista em Portugal (fase 1968-73): estruturas fundamentais", *Análise Social*, 49, 1977, pp. 69-95.

- RAMOS DOS SANTOS, A, "Economia Portuguesa: Dez Anos. Cinco Modelos (1969-1978)", *Economia e Socialismo*, 25/26, Abril-Maio 1978, pp. 15-65.
- ROMÃO, A, "A Inserção da Economia Portuguesa na Economia mundial: evolução recente e perspectivas", in FERREIRA, E. Sousa e OPELLO, W. (org.), *Conflitos e Mudanças em Portugal 1974-1984*, Lisboa, CEDEP e Teorema, 1985.
- SALAVISA, I, "Portugal: a passagem problemática a uma regulação monopolista" *Economia e Socialismo*, 72/73, 1987, pp. 63-80.
- SERRÃO, J. M, "O Novo Plano da Área de Sines - uma experiência de planeamento a longo prazo", *Planeamento*, 5, 1983, pp. 69-87.
- Sines e a Indústria Básica. 2º Encontro de Jornalistas Económicos promovido pela CNP*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1979.
- TURNER, L. e MCMULLEN, N., *The Newly Industrializing Countries: Trade and Adjustment*, Londres, George Allen & Unwin, 1982.